



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// www.seds.al.gov.br E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

## **PREGÃO ELETRÔNICO SSP/AL N° 001/2017**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL, DESTINADOS À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS, PARA ATENDER A POLICIA MILITAR DE ALAGOAS PMAL**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/01/2017, às 10h30min.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO SSP/AL N° 001/2017

**OBJETO: Contratação de empresa para prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL, destinados à Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas, para atender a Polícia Militar de Alagoas PMAL, desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, na forma contida neste Edital e seus anexos.**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 3. DO CREDENCIAMENTO**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
- 5. DO ENVIO DA PROPOSTA**
- 6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 8. DA HABILITAÇÃO**
- 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 10. DOS RECURSOS**
- 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**
- 13. DO PREÇO**
- 14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 16. DO PAGAMENTO**
- 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017  
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA  
CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2017**

**Processo Administrativo nº 1206-2495/2016**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº **156/2016**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas edição do dia **13 de janeiro de 2016**, sediada na **Rua Zadir Índio nº 213 CEP. 57020-480, Centro, Maceió-AL**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço **global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 1.424, de 22 de agosto de 2003, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **25/01/2017**

Horário: **10H30MIN**

Local: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

UASG: 926474

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL, destinados à Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas, para atender a Polícia Militar de Alagoas PMAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexo.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o exercício de **2016**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Polícia Militar de Alagoas  
Fonte: 0100  
Programa de Trabalho: 06.181.0004.2116.0000  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39  
PI: 000655  
PTRES: 190028

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. A participação NESTE Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e **sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização da sessão, nos termos do caput do art. 4º, Anexo II, do Decreto Estadual nº 1.424/2003.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.3. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.4. Que estejam reunidas em consórcio.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante registrará, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do objeto;

5.6.2. Descrição detalhada do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com)



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do objeto.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
  - 6.14.1. Prestados por empresas brasileiras;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com)



6.14.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e a sua exequibilidade.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo de:

7.4.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.4.2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

7.4.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

7.4.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

7.4.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.4.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

7.4.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.4.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

7.4.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

7.4.10. Estudos setoriais;

7.4.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

7.4.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

7.4.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro das Empresas Inidôneas e Suspensas do Estado de Alagoas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Alagoas ([www.controladoria.al.gov.br/superintendencia/correicao/ceis-al/superintendencia/correicao/ceis-al](http://www.controladoria.al.gov.br/superintendencia/correicao/ceis-al/superintendencia/correicao/ceis-al));

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

- 8.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.
- 8.4.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.4.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados nos níveis habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar ou complementar a documentação a eles relativa.
- 8.6. Habilitação jurídica:
- 8.6.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.6.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

19 – Edital – Serviços ã Continuidos – Participação Exclusiva

Versão 2016.1

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

8.6.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados);

8.8.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

8.8.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.8.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**8.8.7.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou **sociedade cooperativa** deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.9.** Qualificação Econômico-financeira:

8.9.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.9.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.9.2.1. No caso de licitação para locação de materiais, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, **nem da sociedade cooperativa**

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com)



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;

8.9.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.10.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no (a) (...entidade profissional...), em plena validade

8.10.2. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.10.3. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.10.4. Sempre que solicitado, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive, 8.10.5. dentre outros documentos, cópia do contrato que dá suporte ao atestado, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via fac-símile (fax) número (82) 3315-2369/3315-2367, ou via e-mail [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com), no prazo de 1 (uma) hora, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 5 (cinco) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail .

8.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.12.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sendo concedido o mesmo prazo para regularização.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico

## 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo **de 30 (trinta) minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou **sociedade cooperativa**, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com)



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato. O prazo de vigência e execução da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de seu recebimento.

12.3. Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.4.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

12.4.2. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



**13. DO REAJUSTE**

**13.1. O preço é fixo e irreeajustável.**

**14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**15.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

**16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **30 dias**, contados da apresentação das Notas Fiscais/Faturas contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer **após** o período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

16.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com)



16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

16.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **10 (dez) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

16.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

17.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações administrativas previstas na Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei nº 12.846, de 2013, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções nelas previstas, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.

**17.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.4. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cplseds.al@hotmail.com](mailto:cplseds.al@hotmail.com), pelo fax (82) 3315-2369/2367, ou por petição dirigida ou protocolada na Rua Zadir Índio, nº 213, Centro Maceió/AL CEP 57020-480.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
 Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
 http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), [www.seds.al.gov.br](http://www.seds.al.gov.br). e também poderá ser lido ou obtido na Secretaria de Estado da Segurança Pública, na Rua Zadir Índio, nº 213, Centro Maceió-AL CEP 57020-480, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

19.10.2. ANEXO II – Proposta Comercial.

19.10.3. ANEXO III – Minuta de termo de Contrato;

19.10.4. ANEXO IV – Modelos de Declaração;

Maceió (AL), de de 2016.

**Assinatura da autoridade competente**

**ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1206.2495/2016.**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de serviços de manutenção corretiva com substituição de peças para a recuperação da carroceria da viatura VTR 42-0009 – transanimal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
------	---------------	---------	-----

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
 Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
 http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

01	<p><b>SUBSTITUIÇÃO DO ASSOALHO E REVESTIMENTO DE PISO:</b> Assoalho duplo em madeira de lei TIPO IPÊ tipo macho e fêmea, de 30 mm de espessura, 8.500 mm de comprimento, Largura 2.400 mm, fixado na base do equipamento por meio de parafusos franceses 5/16X1,5 com rodapés de 21 cm x 03 cm parafusados em todo perímetro interno. <b>Piso</b> sobre o assoalho em madeira formado por placas de estrado em borracha liso preto, próprio para o transporte de carga viva, com 2.500 mm x 1.150 mm e espessura de, no mínimo, 15mm até 25mm, após vulcanizadas. O piso, após acabado, deves ter uma inclinação de, no mínimo 5% e no máximo 8% do centro para as laterais, e em toda extensão das laterais, onde termina o emborrachado, deves ter instalado uma calha de, no mínimo 100x50mm, com saídas em ambas extremidades e confeccionadas em material anticorrosivo. As junções (frestas) entre as canaletas e as laterais da carroceria e entre as canaletas e o piso de borracha deves ser totalmente vedadas (vulcanizadas), para que não haja escoamento dos líquidos pelas frestas;</p> <p><b>SUBSTITUIÇÃO DO APOIO AO ASSOALHO:</b> base composta de 02 (duas) longarinas em “U” 5/16” x 60 x 130 x 60 x 9000, 17 (Dezessete) travessas passante em “U” 3/16” x 40 x 100 x 400 x 2590 e 17 (Dezessete) apoio em “L” 3/16” x 35 x 130 x 2430, interligadas entre si através de solda do tipo MIG, com fundo anticorrosivo;</p> <p><b>SUBSTITUIÇÃO DO REVESTIMENTO LATERAL INTERNO:</b> Compensado naval de 18mm de espessura, 1200mm de altura, 19400 mm de comprimento da lateral e parte frontal, fixado a 300mm acima do assoalho, protegido com verniz marítimo, fixado aos perfis laterais através de rebite de repouso do tipo pop, sendo este com espessura min de ¼;</p> <p><b>SUBSTITUIÇÃO DOS PAINÉIS LATERAIS:</b> Painéis laterais em madeira de lei com 300 mm de altura x 19400 mm de comprimento do total das laterais, fixada aos perfis através de parafusos e porcas em aço cadmiado;</p> <p><b>SUBSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA LATERAL:</b> Estrutura composta de 02 (duas) lateral inferior 20 x 300 x 8900, 08 (oito) lateral superior 20 x 115 x 8900, 02 (dois) contorno lateral inferior em “U” 3/16” x 41 x 45 x 110 x 35 x 9000, 02 (dois) contorno traseiro vertical em “G” 3/16” x 25 x 40 x 125 x 120 x 35 x 30 x 2600 e 28 (vinte e oito) coluna lateral cartola em “G” 1/8” x 35 x 40 x 48 x 40 x 35 x 500 fundo anticorrosivo naval;</p> <p><b>RECUPERAÇÃO E PINTURA DA PORTA RAMPA TRASEIRA:</b> Porta rampa traseira de abertura total do tipo plataforma de embarque confeccionada em chapa 3/16” com medidas 2500 mm comprimento x 2400 mm de largura, revestida em borracha com estrado de madeira;</p> <p><b>SUBSTITUIÇÃO DAS ARGOLAS:</b> 20 (Vinte) argolas de 100 mm de diâmetro em aço de 1/8, fixadas internamente (dez de cada lado da carroceria) de forma equidistante, no interior das baias, e 20 (vinte) argolas de 100 mm em aço de 1/8, fixadas na parte externa da carroceria (dez em cada lado) de forma equidistante;</p> <p><b>SERVIÇOS ELÉTRICOS:</b> Instalação de quatro pontos de iluminação com lâmpadas fluorescente de 10w-24v, parte elétrica traseira completa com 02 (duas) lanternas: Lanterna direita referência 98HU13404AB, Lanterna esquerda referência 98HU13405AB;</p> <p><b>SERVIÇO DE PINTURA DA CARROCERIA:</b> Carroceria identificada visualmente, por meio de pintura e/ou plotagem, de acordo com o padrão adotado pela Polícia Militar do Estado de Alagoas, como também deves ser instalados adesivos refletivos com identificadores obrigatórios na lateral e para choque, de acordo com a legislação vigente. O chassi da carroceria deves ser pintado com tinta naval à base de alcatrão de ulha;</p> <p><b>SERVIÇO DE RETIRAR E COLOCAR A CARROCERIA:</b> Serviço de desmonte e montagem da carroceria sobre o chassi do caminhão.</p>	UNID	01
----	---	------	----

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
 Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
 http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



2.1. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos elencados no Art. 144 da Carta Magna, entre estes a Polícia Militar que possui como missão a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida;

2.2. Nesse sentido, a Polícia Militar do Estado de Alagoas deve proporcionar aos seus integrantes os meios necessários para uma melhor execução de seu mister constitucional, entre estes os diversos itens que compõem a logística e o transporte. Manter, em bom funcionamento, as viaturas, para o emprego no policiamento especializado é garantir à sociedade o direito a segurança pública esculpido na Constituição Federal/98;

2.3. A Polícia Militar do Estado de Alagoas está diuturnamente atuando em situações as quais necessita intervenção rápida, precisa e com material de qualidade.

2.4. Considerando que o Transanimal é uma VTR essencial ao policiamento ostensivo montado, pois, é utilizada para deslocamento da tropa e dos solípedes aos diversos postos de nossa capital e interior do estado, bem como, em atividades de reintegração de posse, distúrbios civis, bloqueio de rodovias, dentre outros.

2.5. Considerando que a carroceria da VTR citada encontra-se bastante desgastada, em virtude do tempo de uso, da urina dos animais, da movimentação dos solípedes quando em deslocamento nas estradas, como também, devido ao peso na passagem dos quebra-molas, buracos e variações de terreno, pondo em risco a segurança dos animais e dos policiais militares.

2.6. Por fim, a aquisição do serviço supramencionado justifica-se face ao interesse público presente na utilização do bem diante ao atendimento da necessidade do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Estado de Alagoas, notadamente, aquela que necessita deste tipo específico de equipamento especializado.

### **3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. O serviço somente será aceito se estiver em conformidade com a proposta apresentada, as especificações técnicas, quantidades e o nível de desempenho exigido para esse tipo de objeto reparado.

3.2. O prazo de entrega do **objeto após a execução do serviço é de 120 (cento e vinte) dias**, contados do recebimento da Ordem de Entrega, em remessa única, acompanhada da Nota de Empenho, no Regimento de Polícia Montada, localizado na rua prefeito Joatas de Alencar, s/n., Bebedouro, Maceió/AL, CEP 57018-350, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis em que houver expediente normal.

3.3. O bem reparado será recebido **provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

3.4. O bem reparado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser **substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5. O bem reparado será recebido **definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.6. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.8. O bem reparado deverá ser entregue de acordo com a legislação em vigor, conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência.

3.9. A verificação da qualidade e quantidade O bem reparado e seus itens implica na sua verificação física, de modo a lhes constatar integridade, funcionalidade, operacionalidade e validade.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

- 3.10. A vida útil mínima de 05 (cinco) anos será contada a partir da data de manutenção e refere-se ao prazo mínimo até quando o produto manterá suas propriedades originais e os efeitos esperados, sem riscos ou comprometimento à segurança dos policiais que operarem o bem reparado e seus acessórios.
- 3.11. Despesas com frete, impostos e taxas ficarão a cargo do fornecedor;
- 3.12. Compra por empenho com pagamento até 30 (trinta) dias após a entrega do produto.

## 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 4.1. São obrigações da Contratante:

- 4.1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 4.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 4.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

### 4.2. São obrigações da Contratada:

- 4.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 4.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.2.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 4.2.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 4.2.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 4.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 4.2.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 4.2.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

4.2.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

4.2.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.2.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.2.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

## 5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

7.4.1 Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

7.4.2 Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

7.4.3 A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;

7.4.4 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida

7.4.5 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

7.4.6 A satisfação da Administração usuária.

7.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

7.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº

8.666, de 1993.

7.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

8.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3 Fraudar na execução do contrato;

8.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5 Cometer fraude fiscal;

8.1.6 Não manter a proposta;

8.1.7 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

8.1.8 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

8.1.9 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

8.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

8.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

8.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

8.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Maceió/AL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

19 – Edital – Serviços ã Continuidos – Participação Exclusiva

Versão 2016.1



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**MAURÍCIO MENDES DE MORAIS – MAJ QOC PM**  
**Chefe da Seção de Suprimentos - Dal/1**

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

19 – Edital – Serviços ã Continuados – Participação Exclusiva

Versão 2016.1

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial**

Razão Social da Licitante:.....  
CNPJ:.....Endereço: .....  
.....  
CEP: .....Telefone:.....FAX:.....  
E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preço unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

<b>Descrição Detalhada do Objeto</b>					
Item	Marca e Modelo	Unid.	Quant.	Preço Expresso em R\$	
				Unitário	Total
01	XXXXXXXXXX	XX	XX	XXX	XXX
Total Geral					

**PRAZO DE ENTREGA APÓS EXECUÇÃO:** será de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, em remessa única.

**GARANTIA:** A vida útil mínima de **05 (cinco) anos** será contada a partir da data de manutenção e refere-se ao prazo mínimo até quando o produto manterá suas propriedades originais e os efeitos esperados, sem riscos ou comprometimento à segurança dos policiais que operem o bem reparado e seus acessórios, nos termos do item 3.10 do termo de referência.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** O **prazo de validade** desta proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data da abertura do certame.

**PRAZO DE PAGAMENTO:** A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXOIII deste Edital.

**CONTA BANCÁRIA:** Banco XXXXXXXX, Agência: XXXXX, Conta Corrente: XXXXXXXX.  
Declaro:

1. Que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2. Que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

Local e Data.

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
[http:// www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

19 – Edital – Serviços ã Continuados – Participação Exclusiva

Versão 2016.1

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

### ANEXO III

**TERMO DE CONTRATO PMAL Nº  
(...)/(20...), QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DE ALAGOAS,  
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA  
DE ESTADO DA D XXXXXXX, E A  
EMPRESA (...) PARA A PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS.**

**CONTRATANTE:** O Estado de Alagoas, por intermédio da **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita(o) no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, e com sede na Rua Zadir Índio, nº 213 – Centro – Maceió/AL, CEP: 57020-480, representado pelo Secretário de Estado, **Sr. XXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de (...)/(...)/(...);

**Nota Explicativa:** a autorização governamental é necessária apenas nas contratações acima de R\$ 350.000,00.

**CONTRATADA:** A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...) e estabelecida na (...endereço...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

**Os CONTRATANTES**, nos termos do Processo nº **1206-2495/2016**, inclusive Parecer PGE-PLIC nº (...), aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº (...) e PGE-GAB nº (...), e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa para prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPEÇÃO DA CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL, destinados à Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas, para atender a Polícia Militar de Alagoas PMAL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do **Pregão Eletrônico PE SSP/AL Nº 001/2017**, e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEICULO TRANSANIMAL**

19 – Edital – Serviços ã Continuidos – Participação Exclusiva

Versão 2016.1

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

## **2. CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. Este Termo de Contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na **forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.**

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor (...unitário/mensal/máximo estimado...) do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).

3.1.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas, **para o exercício de (2016)**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Policia Militar de Alagoas

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 06.181.0004.2116.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39

PI: 000655

PTRES: 190028

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no **prazo de até 30 dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito no **banco xxxxx, agência xxxx e conta corrente xxxxxx** indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no **prazo de até 10 (dez) dias**, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. Não produziu os resultados acordados;

5.6.2. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

5.8.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **7. CLÁUSULA SETIMA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e na proposta.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Execução.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



8.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e na proposta.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

8.4.1. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;

8.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

8.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

8.4.6. A satisfação da Administração usuária.

8.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. São obrigações da Contratante:

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

9.2. São obrigações da Contratada:

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.2.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.2.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

9.2.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.2.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.2.17. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.2.17.1. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.2.18. Assegurar à Contratante:

9.2.18.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.18.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **10. CLÁUSULA DECIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não manter a proposta;
- 10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- 10.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
  - 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **11. CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO**

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à Contratada:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

## **13. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Maceió – AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente **Termo de Contrato** foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA - CPF Nº

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA - CPF Nº

**PROCESSOS N.º 1206-2495/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2017**  
**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA**  
**CARROCERIA DA VIATURA 42-0009 – VEÍCULO TRANSANIMAL**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

ANEXO IV – Modelos de Declarações

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no item **4.4.2** do Edital da licitação de referência, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

**Local e data.**

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**DECLARAÇÃO**

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item **4.4.3.** do Edital da licitação de referência, a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

**Local e data.**

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR**  
(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no item **4.4.4.** do Edital da licitação de referência, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**Local e data.**

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CHEFIA ESPECIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Rua. Zadir Índio, 213 – Centro – Maceió – CEP: 57020-480  
Fones (82)3315-2369 FAX (82)3315-2367  
http:// [www.seguranca.al.gov.br](http://www.seguranca.al.gov.br) E-mail: cplseds.al@hotmail.com



SSP/CHEPL

Fls. \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO**  
(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item **4.3.1.** do Edital da licitação, que cumpre os **requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**Local e data.**

---

(Representante legal)